

PROCESSO 7.791/2018

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS, PAC – ETAPA 5 - BGV

EDITAL

RDC Nº 001/2018 –

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE através do GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, torna público para conhecimento dos interessados, a abertura da licitação na data, horário e local indicados, destinada à contratação do objeto citado no subitem 1.1. deste Edital e seguirá todos os procedimentos descritos no mesmo e em seus anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei Federal nº 12.462, de 04/08/2011, publicada em 05/08/2011, ao Decreto Federal nº 7.581, de 11/10/2011, publicada em 13/10/2011, subsidiariamente pela Lei 8.666/93, bem como à legislação correlata, demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

MODALIDADE: Regime Diferenciado de Contratações Públicas

FORMATO DE REALIZAÇÃO: Presencial

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Maior desconto

MODO DE DISPUTA: Combinado, fechado até a apresentação das propostas e aberto na fase de lances.

REGIME DE EXECUÇÃO DA OBRA: Empreitada por Preço Global

RECURSO: Fase única

Os interessados deverão apresentar os envelopes Nº 01 (PROPOSTA DE PREÇO) e Nº 02 - (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) **até às 14:00 (quatorze horas) do dia 11 de abril de 2018,** no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos - GABEX, situada na Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar - Centro, Nesta, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

INDICE

01 DO OBJETO	03
02 PARTICIPAÇÃO	03
03 DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	04
04 DA IMPUGNAÇÃO, DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTO E ACESSO AO EDITAL	04
05 CREDENCIAMENTO	05
06 DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	07
07 DA PROPOSTA – ENVELOPE 01	08
08 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	09
8.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA	09
8.2 REGULARIDADE FISCAL	10
8.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA	10
8.4 HABILITAÇÃO TÉCNICA	11
8.5 DECLARAÇÕES	13
09 DA AUTENTICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	13
10 DO RECEBIMENTO	14
11 DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO	14
12 DO JULGAMENTO	16
13 DO DESEMPATE	16
14 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS	17
15 DA HOMOLOGAÇÃO	18
16 DO CONTRATO E DAS PENALIDADES	18
17 DA SUBCONTRATAÇÃO	18
18 DA RECISÃO	19
19 DA GARANTIA	19
20 DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	20
21 FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO DAS OBRAS	21
22 OBRIGAÇÕES DAS PARTES	22
23 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de **AMPLIAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM PLUVIAL DO BAIRRO GETÚLIO VARGAS**, com fornecimento de todo e qualquer material necessário a boa execução dos serviços, bem como o fornecimento de toda mão de obra pela contratada, conforme Projeto Anexo I (Plantas, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro), que faz parte integrante do presente edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderá participar do presente RDC qualquer empresa interessada que, na fase de habilitação, individualmente ou em consórcio, comprove possuir os requisitos de qualificação exigidos neste Edital e anexos.

2.2. Será vedada a participação de empresas na Licitação, quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.

2.2.2. Sob processo de Concordata ou Falência.

2.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos descentralizados.

2.2.4. Enquadradas nas disposições do art. 9º, da Lei Federal Nº 8.666/93.

2.2.5. Sejam constituídas em Cooperativas de trabalho, nos termos de compromisso de ajustamento de conduta celebrado entre o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região e o Município de Rio Grande.

2.2.6. Que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

2.2.7. Cujos sócios, diretores ou responsáveis técnicos tenham vínculo empregatício com servidor do quadro ativo da Prefeitura Municipal do Rio Grande.

2.2.8. Que tenham em seu quadro societário, cônjuge, companheiros ou parente consanguíneo de até 2º grau com servidor do quadro ativo da Prefeitura Municipal do Rio Grande.

2.2.9. Autor (es) do Projeto, não importando se pessoa física ou jurídica; ou se o autor(es) for seu empregado(a).

2.2.10 Empresas que possuam em seus quadros sócios, diretores responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, comuns aos quadros de outra empresa que esteja participando desta licitação.

3. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

3.1. Será admitida a participação de consórcios, desde que atendidas as disposições do art. 33 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e o que segue:

3.2. As empresas consorciadas apresentarão, obrigatoriamente, instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, com a indicação do nome do consórcio e indicação da empresa líder, que será a responsável principal perante a Prefeitura Municipal, sem prejuízo da responsabilidade solidária das empresas consorciadas. A empresa líder terá poderes para requerer, transferir, receber e dar quitação, subscrevendo em nome do Consórcio todos os atos referentes à execução do contrato.

3.3. Indicação dos compromissos e obrigações, bem como o percentual de participação de cada empresa no consórcio, em relação ao objeto deste RDC.

3.4. Responsabilidade solidária das empresas consorciadas perante a Administração, pelas obrigações e atos do consórcio, tanto durante as fases do chamamento quanto na execução do contrato.

3.5. Prazo de duração do consórcio que deve, no mínimo, coincidir com a data da vigência ou execução das obras/serviços, objeto do contrato, além da obrigação solidária das empresas consorciadas em relação à garantia prevista no art. 618 do Código Civil.

3.6. Declaração de que o consórcio não terá sua constituição ou forma modificada sem a prévia aprovação da Prefeitura Municipal durante o processamento e julgamento do presente Edital de Chamamento.

3.7. O consórcio apresentará, em conjunto, a documentação relativa à habilitação jurídica, técnica, econômico-financeira e de regularidade fiscal.

3.8. As empresas consorciadas poderão somar os seus quantitativos técnicos, respeitadas exigências deste Edital de RDC.

3.9. O Patrimônio Líquido, solicitado neste Edital, deverá ser comprovado coletivamente na proporção da participação de cada empresa no consórcio, para o fim de atingir o limite fixado neste Edital.

3.10. Os índices econômicos financeiros previstos neste Edital deverão ser comprovados por cada empresa integrante do consórcio.

3.11. Uma empresa não poderá participar da licitação isoladamente e em consórcio simultaneamente, nem em mais de um consórcio.

4. DA IMPUGNAÇÃO, DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTO E ACESSO AO EDITAL.

4.1. Até **5 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste .

4.1.1. Qualquer impugnação deverá ser entregue diretamente a Comissão Permanente de Licitações - CPL, no horário de expediente, das 09:30 (nove horas e trinta minutos) as 14:30 (quatorze horas e trinta minutos) na Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar - Centro, Nesta, **fora deste horário não serão aceitas.**

4.2. A divulgação de informações referentes a esta licitação e os resultados de habilitação, de julgamento das propostas e de recursos interpostos serão publicados no portal desta prefeitura – www.riogrande.rs.gov.br .

4.3. Até **5 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá encaminhar solicitação de esclarecimento sobre as condições e especificações do objeto deste .

4.3.1. Quaisquer esclarecimentos sobre esta licitação deverão ser solicitados, via e-mail para compras@riogrande.rs.gov.br , ou por escrito diretamente a CPL, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis antes do recebimento dos envelopes. As respostas serão colocadas via portal “editais e licitações” e avisados de alteração no edital (se for o caso) via e-mail a todos os proponentes que retiraram o edital no portal desta prefeitura **através de cadastro**, até o dia anterior à data marcada para recebimento dos envelopes.

4.4. Os interessados poderão contatar a CPL pelo fone (053) 3233-8417 ou 3233-6060.

4.5 Os interessados poderão solicitar cópia deste instrumento convocatório, no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, sito à Rua General Bacelar, nº 264 - Centro, Rio Grande, RS, mediante documento de identificação da empresa.

4.6. Os interessados poderão acessar este edital, no Portal da Prefeitura do Rio Grande, através do endereço eletrônico www.riogrande.rs.gov.br – Editais e Licitações.

4.6.1 Os licitantes que optarem pela retirada do edital via Internet deverão efetuar cadastro para acompanhamento de todo o processo.

5. CREDENCIAMENTO

5.1 – Os representantes dos licitantes, titular da empresa ou preposto, deverão comparecer à sessão pública do RDC munidos de procuração pública ou particular, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente acompanhado do documento de identidade do representante, para credenciamento junto à CPL, com os seguintes requisitos:

a) a condição de titular deverá ser comprovada através do ato constitutivo, estatuto ou contrato social acompanhado da ata de eleição da última diretoria, se for o caso, devendo conter o nome do representante do licitante, e os poderes para exercer direitos e assumir obrigações contratuais em nome da empresa;

b) a condição de preposto deverá ser comprovada através de procuração que deverá ter firma reconhecida em cartório, e conter os poderes para formular verbalmente lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes à licitação, em nome do licitante, e conter os poderes para formular verbalmente lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes à licitação. A procuração deve vir acompanhada do ato constitutivo, estatuto ou contrato social para verificação de que o outorgante da procuração tem poderes para tal. Poderá ser utilizado o modelo constante no Anexo III, desde que, devidamente preenchido e com firma reconhecida em cartório.

5.2. - É vedada a representação de mais de um licitante por um mesmo representante legal ou procurador no processo licitatório, sob pena de exclusão dos licitantes do processo.

5.3. - É vedada a representação de mais de um representante legal ou procurador por empresa licitante no processo licitatório.

5.4. - Instaurada a sessão, os licitantes, por intermédio de seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, podendo preencher e assinar a declaração em modelo fornecido pela CPL. Modelo Anexo IV.

5.5. - As credenciais e a declaração de que tratam o subitem 4.3 devem ser apresentadas em separado dos envelopes nºs 01 e 02 e serão anexadas ao processo.

5.5.1. - Não poderá participar do certame a licitante que não enviar um representante legal ou procurador para representá-la no processo licitatório, ou que este não comprove estar credenciado para representar a licitante.

5.5.2. - A ausência sem permissão do Credenciado em qualquer momento da sessão PRESENCIAL importará a imediata exclusão do licitante por ele representado.

5.6. - Fica ciente o licitante que a CPL não se responsabilizará por qualquer atraso na entrega dos envelopes.

5.7. As empresas consideradas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007 e que pretenderem beneficiar-se nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto naquela lei, deverão apresentar, separado de qualquer dos envelopes exigidos no item 5., uma declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo do Anexo VII deste edital.

5.8. O Termo de Credenciamento, a Declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e a Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (se for o caso) devem ser entregues diretamente ao Presidente da CPL, separado de qualquer dos envelopes exigidos no item 6 .

6. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

A proposta e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em dois invólucros, a saber:

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

A proposta será apresentada em 01 (uma) via e a documentação de habilitação também em 01 (uma) via original, na data, hora e local indicado no aviso deste Edital, os interessados apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, na Gerência de Compras, Licitações e Contratos - GABEX, situada à Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar - Centro, Nesta, com os seguintes dizeres:

INVOLUCRO Nº 01: RDC Nº 001/2018
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM BGV.
PROPOSTA DE PREÇOS
PROPONENTE:

INVOLUCRO 02: RDC Nº 001/2018
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM BGV.
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:

6.1. Os documentos de habilitação e os documentos da proposta deverão ser apresentados em seus envelopes respectivos, em uma única via, encadernados ou agrupados de forma que possam ser manuseadas sem possibilidade de dispersão, não devendo assim serem unidas por clips, grampo simples ou atilho, numerados sequencialmente em ordem crescente e rubricados pelo representante legal do proponente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares, independentemente da existência de mais de um caderno, da primeira à última folha, de forma que o último caderno reflita a quantidade de folhas de cada envelope, não sendo permitidas emendas, rasuras ou ressalvas.

6.1.1. Os atestados, declarações ou certidões emitidos por outro órgão público ou privado deverão possuir o timbre e elementos de identificação e validação do órgão emissor.

6.2. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos nos envelopes I – PROPOSTA DE PREÇO e II – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou ainda com irregularidades, serão desclassificadas/inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

6.3. Todos os documentos e as propostas serão rubricados pelos membros da CPL e pelos representantes legais das licitantes presentes a sessão.

6.4. Após o início da sessão, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, devidamente motivado e comprovado a ser avaliado pela CPL.

6.5. Ultrapassada a fase de abertura e avaliação das propostas, não caberá DESCLASSIFICAÇÃO por motivo relacionado com a proposta, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o resultado do julgamento.

6.6. E facultada a CPL ou a autoridade superior, em qualquer fase deste, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente dos envelopes apresentados.

7. DA PROPOSTA - ENVELOPE 01

7.1 A proposta financeira apresentada em papel termo sensível (fax), telex, telegrama ou semelhantes será desclassificada.

7.2. A apresentação da proposta financeira implica a plena aceitação, por parte da licitante, das normas, exigências e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

7.3. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no(s) preço(s) até, no máximo, 02 (dois) algarismos após a vírgula.

7.4. A título de apresentação de percentual de desconto não serão aceitos algarismo após a vírgula.

7.4.1. Durante a fase de lances a critério do Presidente da CPL poderá ser aceito desconto com até 01 (uma) casa após a vírgula

7.5 Prazo de validade de 60 (sessenta) dias. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade da proposta, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo 60 dias.

7.6 Será de inteira responsabilidade da licitante o preço proposto, não sendo consideradas reclamações por erros ou equívocos manifestados após a abertura de seu envelope.

A proposta deverá ser apresentada da seguinte maneira:

7.6. Proposta comercial indicando o **valor GLOBAL e o Percentual (%) de desconto ofertado (conforme valor constante Anexo I - Projeto)** em algarismos, de forma clara e precisa, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, assinada pelo representante legal da licitante, sem emendas e rasuras, devendo obrigatoriamente conter também o que segue:

7.6.1. A empresa que apresentar desconto igual a zero terá sua proposta desclassificada.

7.6.4. O percentual de desconto apresentado pelos licitantes deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório. (Lei nº 12.462 de 04/08/2011, Art 19, § 3º)

7.7. Deverá acompanhar a Proposta a Planilha Orçamentária indicando os valores unitários e totais de cada serviço.

7.8. Deverá acompanhar a Proposta o cronograma físico – financeiro e o orçamento discriminado estimado deverão ser apresentados conforme tabelas sugeridas, em anexo, com medições mensais, conforme Cronograma em anexo.

7.9. Deverá acompanhar a Proposta Declaração indicando o preposto que representará a empresa durante a vigência do contrato.

7.9.1. A Declaração que se refere o Item 7.9. deverá conter: Nome completo do indicado sem abreviaturas, nº da Cédula de Identidade, nº CPF, assinatura do representante legal da licitante, Carimbo da empresa com CNPJ e data.

7.10. Deverá constar na proposta dados bancários, endereço, telefone e e-mail da empresa licitante.

7.11. O percentual de desconto ofertado deverá levar em consideração o valor estimado pela Administração, conforme Item ANEXO I – PROJETO;

8. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE 02

8.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1. Registro Comercial no caso de empresa individual

8.1.2. Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor) incluindo apenas o último aditivo ou aditivo consolidado, devidamente registrado, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

8.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.1.4. Inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de registro em ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil de Pessoas Jurídicas).

8.1.5. No caso de Consórcios, Instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, conforme exigências do item 3. e subitens seguintes

8.1.6. OBS.: Os documentos relacionados neste item (8.1), não precisarão constar do "envelope documentos de habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Processo.

8.2. REGULARIDADE FISCAL

8.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ;

8.2.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, considerando-se que:

a) os licitantes com domicílio ou sede no Município do Rio Grande deverão apresentar Certidão Negativa de Débitos Fiscais, expedida pela Secretaria de Municipal da Fazenda do Rio Grande;

b) os licitantes com domicílio ou sede localizado em outro Município deverão apresentar a prova de regularidade com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede.

8.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

8.2.4 – Certidão Conjunta de Débitos (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa), expedida nos termos do Decreto Federal n.º 5.512/05 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1751, de 02/10/2014 que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

8.2.5 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, se for o caso.

8.2.6 - Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

8.3 Qualificação Econômico - Financeira

8.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Justiça do domicílio da sede do licitante em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da entrega dos envelopes de documentação e proposta.

8.3.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último o exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da fórmula, assinados por contador responsável com respectivo número de registro no conselho.

8.3.2.1. Poderá ser apresentado em substituição ao exigido no Item 8.3.1. escrituração contábil digital – SPED conforme Decreto 8.683/25/02/2016, e deverá obrigatoriamente conter o que segue:

- a) Termo de Autenticação com identificação do Autenticador – Junta Comercial (impresso do arquivo SPED Contábil)
- b) Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPED Contábil)
- c) Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPED Contábil)
- d) Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPED Contábil)
- e) Campo J800 com as notas explicativas

8.3.2.2. Para Sociedade Limitada poderá ser apresentada cópia autenticada da publicação em diário oficial das demonstrações contábeis (letras “c”, “d” e “e”) em substituição ao SPED Contábil (letras “a”, “b”, “c”, “d” e “e”).

8.3.3. A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos índices de liquidez e pelo Patrimônio Líquido, conforme os seguintes critérios:

Os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) devem ser maiores que 1,00, e resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

8.3.3.1. Os índices devem ser calculados e assinados por contador responsável com respectivo número de registro no conselho.

8.3.4. Caso a empresa não atinja os índices exigidos no Item 8.3.3, esta deverá apresentar comprovação de que possui capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% do valor ofertado no último lance.

8.4. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

A habilitação técnica será dividida em duas partes: a) capacidade técnico-operacional das empresas; b) capacidade técnico-profissional dos profissionais ou responsáveis técnicos:

8.4.1. DA CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

8.4.1.1. Apresentação de certidão de registro de pessoa jurídica no CREA e/ou CAU, em nome da empresa participante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação.

8.4.1.2. Apresentação de um ou mais atestados por serviço, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão do desempenho de atividade pertinente da empresa quanto a prestação de no mínimo 30% de cada um dos serviços ora licitados conforme abaixo:

- a) Rebaixamento de lençol freático
- b) Pavimentação asfáltica
- c) Pavimentação com blocos intertravados de concreto
- d) Confeção de caixas de drenagem, tanto boca de lobo quanto poços de visita, sendo estes com tampa cega ou grelha.
- e) Instalação de tubos de drenagem.

8.4.1.3. Os atestados deverão identificar, quanto aos serviços executados, seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, bem como os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas.

8.4.1.4. Somente serão admitidos atestados, declarações ou certidões referentes a objetos devidamente concluídos até a data de apresentação das propostas.

8.4.2. DA CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

8.4.2.1. Indicação pelo licitante, como responsável técnico pela obra ou serviço, na data prevista para entrega da proposta, de profissional de nível superior devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da futura contratação.

8.4.2.2. Será exigido prova de vínculo do profissional com a empresa vencedora no ato da assinatura do Contrato

8.4.2.3. Somente serão admitidos atestados, declarações ou certidões referentes a objetos devidamente concluídos até a data de apresentação das propostas.

8.4.2.4. No caso de substituição de profissional durante a execução dos serviços, o novo contratado responsável deverá possuir acervo técnico equivalente ao utilizado neste processo licitatório.

8.4.2.5. Deverá constar do envelope 02 - Habilitação. Atestado de Visita ao Local da Obra, fornecido pela Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária - SMHARF, que comprove que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Edital.

8.4.2.6. A visita deverá ser procedida por engenheiro civil ou arquiteto indicado pela empresa, e deverá ser efetuada em horário de expediente até o dia anterior ao dia marcado para o recebimento dos envelopes de “documentos de habilitação” e “documentos de Proposta de Preço”, devendo ser agendada com Eng. Mariana Barbosa da Costa telefone 3233-6088 horário das 9h às 15h celular 99991-8329.

8.4.2.7. Ao comparecer ao local para efetuar a visita, o profissional indicado deverá apresentar cédula de identidade profissional emitida pelo CREA, ou documento oficial de identidade acompanhado de comprovante de qualificação profissional, e entregar uma carta de apresentação da empresa.

8.5. - DECLARAÇÕES

8.5.1. Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art.27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos- Modelo Anexo V

8.5.2. Declaração expedida pelo próprio licitante da inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação em processo licitatório, devidamente datada e assinada. - Modelo Anexo VI.

8.5.3. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) exercente de cargo, função ou emprego na Administração Pública Municipal – Modelo Anexo VIII.

9. DA AUTENTICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE

9.1 A documentação exigida deverá ser apresentada

- a) no original (não serão devolvidos).
- b) por qualquer processo de cópia autenticada.
- c) por publicação da imprensa oficial.

d) ou excepcionalmente por cópia a ser autenticada pela Comissão Julgadora ou funcionário especialmente designado pelo Presidente mediante a apresentação do documento original.

9.2 Os documentos que dependem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data marcada para abertura dos envelopes.

9.3 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão ser subscritos por seu representante legal, com identificação clara de seu subscritor.

10. DO RECEBIMENTO

10.1. O invólucro, na forma deste Edital, será recebido **até às 14:00 (quatorze horas) do dia 11 de abril de 2018**, no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos - GABEX, situada à Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar - Centro, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

10.2. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes após o prazo estabelecido neste Edital.

11. DA ABERTURA, DO PROCESSAMENTO.

11.1. A **abertura** das propostas será realizada **às 14:00 (quatorze horas)** no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

11.2. A licitação será processada e julgada de acordo com as disposições da Lei Federal nº 12.462, de 04/08/2011, publicada em 05/08/2011, ao Decreto Federal nº 7.581, de 11/10/2011, publicada em 13/10/2011, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 sendo observados os seguintes procedimentos:

a) recebimento dos documentos para credenciamento dos representantes dos licitantes e dos envelopes contendo as propostas e a documentação de habilitação dos licitantes;

b) abertura dos envelopes contendo as propostas, e sua verificação promovendo-se a desclassificação daquelas que não atenderem às exigências deste Edital e a classificação provisória das demais;

c) abertura de oportunidade para lances verbais e sucessivos dos representantes dos licitantes que apresentarem as 03 (três) melhores propostas

c.1) os lances verbais e sucessivos devem ter valores distintos e crescentes, a partir do autor da proposta menos vantajosa, a critério do Presidente da CPL poderá ser aceito lance com até 01 (uma) casa após a vírgula

c.3) a desistência de apresentação de lances verbais, quando convocado pelo Presidente da CPL, implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais, mantendo-se a última

proposta por ele apresentada para efeito de ordenação, exceto no caso de ser o detentor da melhor proposta, hipótese em que poderá apresentar novos lances, sempre que esta for coberta;

d) examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá à CPL decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade;

e) abertura do envelope contendo os documentos de habilitação apresentado pelo licitante cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar;

f) rubrica dos documentos pela CPL e representantes dos licitantes

g) suspensão da sessão para envio dos documentos de qualificação econômico financeira e planilha orçamentária readequada ao último lance da empresa classificada como melhor proposta ao setor responsável para análise.

h) elaboração de ata da sessão, com assinatura pelo Presidente, Membros e Representantes dos licitantes

i) a empresa de melhor proposta deverá apresentar uma nova proposta adequada ao valor do último lance ofertado, acompanhada de Cronograma Físico Financeiro, Planilha Orçamentária e Benefício e Despesas Indiretas (BDI) e Encargos Sociais (ES), com a sua composição detalhada, o desconto apresentado pela licitante no último lance deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento.

j) reabertura da sessão para deliberação sobre a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar ou sobre sua inabilitação.

k) as demais licitantes poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer e deverá ser registrado em Ata ou anexo.

l) a falta de manifestação imediata e motivada do licitante, durante a sessão, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto desta licitação pelo Presidente ao vencedor após análise positiva de Planilhas e Cronograma;

m) em caso de inabilitação da licitante melhor colocada será feita a reabertura da sessão, tantas vezes se faça necessário para a abertura do envelope contendo os documentos de habilitação dos licitantes sucessivos na ordem de classificação, até a apuração de um que atenda às exigências do edital;

n) nas situações previstas nas alíneas “d” e “m” deste subitem, a CPL poderá negociar diretamente com o proponente classificado em primeiro lugar, para que seja obtida a melhor proposta;

o) devolução dos envelopes contendo os Documentos de habilitação dos licitantes remanescentes, com exceção dos documentos dos licitantes com propostas classificadas

para a fase de lances, que ficarão retidos até a data de assinatura do contrato pelo licitante vencedor;

p) comunicação do resultado do julgamento, declarando o licitante vencedor, após o que os demais licitantes poderão recorrer da decisão da CPL, quando lhes será concedido o prazo de 05 (cinco) dias para apresentação do recurso, ficando aqueles que não recorreram desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

q) em caso de suspensão da sessão do RDC, os documentos ficarão sob a guarda da CPL, para exibição na data a ser marcada para realização da sessão de prosseguimento do RDC;

12. JULGAMENTO.

O RDC será julgado pela CPL Licitação da seguinte forma:

12.1. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 08 – PROPOSTA.

12.2. Julgamento da documentação, levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 06 - DOCUMENTAÇÃO.

12.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do licitante.

12.4. As propostas apresentadas de acordo com as especificações e exigências deste Edital serão classificadas pela ordem crescente dos preços propostos, considerando-se vencedor, dentre os qualificados, o licitante que apresentar o **MAIOR DESCONTO**, respeitando o critério de aceitabilidade dos preços previstos.

12.5. Toda a documentação e proposta deverão ser apresentadas à época pertinente, ordenada na forma deste Edital.

12.6. O julgamento da habilitação e da proposta constitui ato interno da Comissão Julgadora da Licitação, a qual comunicará aos licitantes presentes, a respeito de suas decisões.

12.7. O critério de julgamento será o de **MAIOR DESCONTO**.

13. DO DESEMPATE.

13.1. Será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as MEs e EPPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas MEs e EPPs sejam iguais ou até 10% superiores ao melhor preço e desde que o melhor preço não seja de uma ME ou EPP.

13.1.1. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- b) A ME ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- c) Não ocorrendo a contratação da ME ou EPP, na forma da alínea "a", serão convocadas as MEs e EPPs remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 13.1., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

13.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem no intervalo estabelecido no item 13.1., será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

13.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação da documentação de habilitação.

13.4. O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

14. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Qualquer cidadão é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, desde que encaminhada com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de Habilitação e Propostas Financeiras, no horário de atendimento do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos do Rio Grande, **no horário das 13:00 (treze horas) às 17:30 (dezessete horas e trinta minutos)**, fora deste horário não serão aceitos.

14.2. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de Habilitação;

14.3. Das decisões da Comissão Especial de Licitação caberá recurso, por escrito e devidamente fundamentado dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da intimação do ato, ou da lavratura da ata de reunião, devendo o mesmo ser protocolado no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos do Rio Grande, com observância do horário acima mencionado, fora deste horário não serão aceitos.

14.4. Os recursos previstos para julgamento das propostas e habilitação das empresas serão exercidos em fase recursal única conforme previsto neste Edital

14.5. Interposto o recurso, tal ato será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

14.6. Os recursos das decisões referentes à habilitação ou inabilitação da licitante e julgamento das propostas terão efeito suspensivo;

14.7. Os recursos preclusos ou interpostos fora do prazo não serão apreciados pela CLP;

14.8. Recebido o recurso, a Comissão poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, no mesmo prazo submeter o recurso, devidamente instruído, à autoridade competente, que decidirá em 05 (cinco) dias úteis, contados de seu recebimento;

14.9. A licitante que injustificadamente recorrer da decisão da Comissão Especial de Licitação, fica ciente que em sendo seu pleito indeferido, poderá responder pelos danos causados à Administração Pública pela sua ação procrastinatória;

15. DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. A comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá ao julgamento, recomendará vencedora a licitante que OFERTAR O MAIOR DESCONTO encaminhando o processo à Autoridade competente para homologar e adjudicar o certame.

15.1.1. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no subitem 8.4., sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

15.1.2. É facultada a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

16. DO CONTRATO E DAS PENALIDADES

16.1. O prazo de vigência do contrato decorrente deste processo Licitatório terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses:

16.1.1. O prazo de vigência do contrato poderá ser renovado a critério da contratante conforme Lei nº 8.666/93, Art. 57.

16.2. Convocado para assinar o contrato, o licitante vencedor deverá comparecer no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da convocação, conforme artigos 62 e 64 da Lei nº 8.666/93.

16.3 As sanções e penalidades aplicáveis ao presente Processo Licitatório e Contrato serão as constantes no Artigo 47 da Lei 12.462/2011 e, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 Capítulo IV.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Será permitida a subcontratação de parte do objeto desta licitação, desde que previamente analisado e aprovado pela Administração contratante.

17.2. A responsabilidade pela execução integral do contrato será exclusiva da futura contratada, quaisquer anormalidades verificadas na sua execução, serão exigidas da futura contratada as devidas providências e a ela, (futura contratada), serão aplicadas as penalidades e sanções previstas no artigo 78 de Lei 8.666/93, visto que a subcontratação não produz relação jurídica direta e entre a Administração e a subcontratada.

17.3. Os pagamentos relativos ao faturamento mensal serão feitos diretamente à futura contratada, que nos termos da subcontratação pagará à sua subcontratada.

17.4. A futura contratada formalizará com a sua subcontratada o instrumento contratual de subcontratação, o qual deverá ser submetido à apreciação da Administração contratante.

18. DA RESCISÃO

18.1. A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

18.1.1. A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicarão em imediata suspensão do contrato.

18.2. Outrossim, constituirão motivos para rescisão do contrato:

18.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais.

19. DA GARANTIA

19.1. Por ocasião da assinatura do contrato a proponente deverá apresentar garantia, equivalente a 5 % (cinco por cento) do valor global por contrato junto à Tesouraria Municipal da Fazenda deste Município, conforme Lei nº. 8.666/93, em seu Art. 56, Parágrafo 1º.

19.2. A Garantia poderá ser apresentada por uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária.

19.3. A Garantia será liberada por ocasião do término, do contrato, satisfeitas às exigências contratuais.

19.4. No caso da garantia ser em moeda corrente, a mesma será aplicada em conta remunerada.

19.5. Em caso de infração contratual ensejado pela contratada, a Garantia descrita no Item 19.1., reverterá aos cofres do município.

20. DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

20.1. A cada fase prevista no Cronograma Físico-financeiro, proposto pela licitante, de acordo com o modelo constante no projeto deste edital, corresponderá uma aferição das obras ou serviços executados. Uma fase será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela fase, no cronograma físico-financeiro apresentado pela licitante, estiverem executados em sua totalidade. Considerando que o critério para pagamento das parcelas exige fases efetivamente concluídas, o cronograma físico-financeiro deverá ser elaborado de forma a refletir o real andamento esperado dos serviços.

20.2. Quando for verificado pelo fiscal a não conclusão de fases, a fiscalização poderá efetuar o pagamento referente aos serviços executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na fase subsequente. Esta aceitação fica a critério da GFCCOP – Gerência de Fiscalização, Construção e Conservação de Obras Públicas.

20.3. A 1ª medição será efetuada em até 30 dias de execução, e assim sucessivamente até o término da obra, devendo a Contratada apresentar, via correio eletrônico, sua proposta de medição de serviços através de planilha (cujo modelo será disponibilizado pela Administração), com colunas em Reais, percentual e saldo, igualmente em Reais e percentual de cada item e subitem da planilha orçamentária, acompanhado necessariamente de memória de cálculo indicando nesta os trechos levantados para a melhor compreensão das quantidades apontadas em planilha, e apresentá-la à Fiscalização no mínimo, 05 (cinco) dias antes da data da medição para avaliação dos serviços com posterior verificação no local pela Fiscalização que a atestará.

20.4. Liberação dos Pagamentos: O pagamento das parcelas somente será efetuado mediante apresentação à SMHARF de:

a) comprovação de quitação de pagamento referente a salários e encargos sociais, tais como INSS e FGTS.

b) cópia dos recibos de entrega dos vales transportes, dos vales alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na Convenção Coletiva de Trabalho.

c) cópia dos pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias,

d) a última parcela somente será liberada após o recebimento da obra pela Fiscalização da SMI e posteriormente pela Comissão de Recebimento.

20.5. Esses documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da SMHARF.

20.6. As despesas decorrentes do presente processo licitatório correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

13 – Secretaria de Município da Habitação e Regularização Fundiária

13.03 – Superintendência da Habitação

13.03.16 – Habitação

13.03.16.482 – Habitação Urbana

13.03.16.482.0339 – Programa Direito a Cidade

13.03.16.482.0339.1642 – Intervenção em Favelas PAC Federal

4.4.9.0.51.00.00.00.00. – Obras e Instalações

4.4.9.0.51.91.00.00.00. – Obras em Andamento

Recurso 1709 – PAC Intervenção em Favelas PAC Federal

Dotação. 1074

21. FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO DAS OBRAS

21.1. As obras por este termo contratadas serão fiscalizadas pela GFCCOP – Gerência de Fiscalização, Construção e Conservação de Obras Públicas.

21.1.1. Na execução das obras em apreço, serão rigorosamente, observados os projetos e plantas, especificações técnicas, normas da ABNT e as recomendações que forem dadas pela Fiscalização, para o fiel cumprimento das condições do Contrato.

21.2. As obras serão recebidas por uma Comissão legalmente constituída, integrada de dois ou mais elementos, que lavrará o respectivo Termo de Recebimento Definitivo, após o Recebimento Provisório pela GFCCOP /SMI, devendo ficar constatado o cumprimento de todos os elementos constantes do memorial descritivo, projetos e plantas e normas da ABNT.

21.2.1. Quando a Contratada entregar a obra para a Fiscalização, essa terá três dias úteis para verificação geral da obra, não havendo o recebimento, a própria Fiscalização definirá o prazo para correção dos reparos solicitados, a contar do dia seguinte ao comunicado respectivo.

21.2.2. A Comissão de Recebimento Definitivo da obra terá o prazo máximo de sete dias corridos, a partir da data do Termo de Recebimento Provisório, para fazer a vistoria e emitir parecer, que será repassado pela SMCP à Fiscalização que por sua vez encaminhará à Contratada.

21.2.3 Não havendo o Recebimento pela Comissão, essa definirá o prazo para correção dos reparos solicitados, a contar do dia seguinte ao comunicado respectivo.

21.3. O Recebimento Provisório ou o Definitivo, não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem a ética profissional, pela perfeita execução do contrato.

21.4. Quando do término da obra, deverá a empresa apresentar, à fiscalização a CND de conclusão da obra.

22. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

22.1. A CONTRATADA obriga-se a:

a) Cumprir fielmente o estipulado no Termo de Referência, especificações técnicas e Parecer da Comissão Julgadora das propostas.

22.2. A CONTRATANTE obriga-se a:

a) Cabe a Contratante a fiscalização e o pagamento pelas obrigações por ela assumidas.

b) Fornecer em tempo hábil toda e qualquer informação referente ao bom desempenho dos serviços

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. O Edital e anexos se encontram a disposição dos interessados, na Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar - Centro, sendo estas cópias por conta dos participantes ou através do site www.riogrande.rs.gov.br – Portal Transparência.

23.2. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos (fones 3233.8417 ou 3233-6060), até 48 horas imediatamente anteriores àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.

23.2.1. Fazem parte integrante deste Edital de Licitação:

Anexo I - Projeto

Anexo II - Minuta de Contrato.

Anexo III - Modelo de Termo de Credenciamento

Anexo IV – Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação Anexo

Anexo V - Modelo de Declaração de Não Emprego de Menores

Anexo VI – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo Superveniente à Habilitação

Anexo VII - Modelo de Declaração de M/EPP

Anexo VIII - Modelo de declaração de não emprego de Funcionário Público Municipal

23.3. Será desclassificado o licitante que deixar de atender as exigências contidas neste edital e seus anexos ou deixar de prestar informações complementares quando solicitadas.

23.4. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de proposta ao presente Processo Licitatório.

23.5. O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial do Estado.

23.6. A simples participação nesta licitação implica aceitação plena das condições estipuladas no edital.

23.7. Após a homologação o licitante vencedor será convocado para, no prazo de 05(cinco) dias úteis, assinar o Contrato, sob pena de não o fazendo, decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art.81da Lei n.º 8.666/93.

23.8. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados o Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, e entregues protocolados dentro dos prazos previstos na Lei nº 8.666/93 e alterações, na Rua General Bacelar nº 264, 2º andar, Centro, Rio Grande/ RS.

23.9. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

23.10. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

23.11. Onde este Edital for omissos prevalecerão os termos da Lei Federal nº 1.2462/2011, do Decreto Federal nº 7581/2011 e, por analogia, conforme autoriza a Lei de introdução às Normas Brasileiras, os Termos da Lei 8.666/93, naquilo que não conflite com a específica do RDC.

23.12. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Rio Grande, com exclusão de qualquer outro.

Rio Grande, 08 de março de 2018

Ademir Giambastiani Casartelli
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.